

A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA DOS APELIDOS EM PESQUEIRA – PE

¹Gezenildo Jacinto da Silva

Este trabalho é o resultado parcial de uma pesquisa sobre o cotidiano das camadas populares na cidade de Pesqueira – PE, na década de 1950, retratada pela crônica policial “O que vai pela polícia” assinada por Roque Tavares do Jornal A Voz de Pesqueira. A busca de melhoria de vida levou muitos nordestinos a se deslocarem para Pesqueira, na época, um importante centro industrial. A permanência deste contingente no perímetro urbano provocou o surgimento de várias formas de enfrentamento por parte da elite local, na defesa da ordem e da manutenção dos seus costumes. O forasteiro era quase sempre mostrado como delinqüente e identificado nos jornais através de apelidos, que lembravam alguma característica física ou de caráter, como forma de denunciar sua periculosidade.

Palavras Chaves: Violência Simbólica; Identidade; Apelido.

Ao pesquisar o cotidiano das camadas populares da cidade de Pesqueira – PE, nos jornais e bibliografias locais, deparamo-nos com uma grande quantidade de nomes populares, alguns carinhosos e outros um tanto quanto pejorativos, especialmente na coluna policial. “O Que Vai Pela Polícia” do Jornal A Voz de Pesqueira da década de 1950, de Roque Tavares. Em que pese, serem bastante esdrúxulos, não escapam a mesmice da maioria dos apelidos empregados nas pequenas cidades do povo interiorano. A fórmula de identificação simbólica dos tipos populares é basicamente a mesma, lembrando os aspectos físicos ou a falta de caráter. Entretanto, cada cultura estabelece um critério próprio para identificar e nomear seus habitantes. Geertz (1989: 233) fala da existência de seis tipos de rótulos que se pode aplicar a uma pessoa em Bali: nomes pessoais; na ordem do nascimento; termos de parentesco; tecnônimos; títulos de status ou casta e títulos públicos.

1 Gezenildo Jacinto da Silva é Graduado em História pela UFRPE e Pós-Graduando em História e Cultura Afro brasileira da UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco

Sabemos da existência de inúmeros trabalhos e listas intermináveis de apelidos catalogados em Pesqueira. Minervino Osórios dos Santos (2008), publicou em seu livro de memórias: “Eu, a Fábrica Peixe e Pesqueira” uma lista com dezenas de apelidos de antigos funcionários das indústrias locais. Em cada sessão da “Fabrica Peixe” havia sempre um grupo de operários denominados por alcunha. Os motoristas certamente eram os que mais utilizavam esta forma de tratamento com seus colegas, talvez pela liberdade que gozavam em trabalhos externos. O que podemos perceber, é que havia uma certa sociabilidade que extrapolava os muros da fábrica e adentrava a vida social do operariado.

Quando Bourdieu (1998, p. 236) diz que, o insulto ou a brincadeira proferido por um simples particular difere do veredicto de um juiz, que tem o poder de nomear assegurado pela autoridade da palavra pública de um representante do estado. O discurso privado do apelido, só compromete o seu autor, não tem qualquer eficácia simbólica. Entendemos que, o discurso proferido em um semanário, como o jornal A Voz de Pesqueira, com boa penetração no meio social local, apresenta-se, pelo seu poder de atuação na esfera pública, ideal para propagação das idéias hegemônicas. O simples fato de ter o nome escrito ou, uma identificação qualquer do popular, nas páginas deste jornal já lhe era atribuída uma certa notoriedade. Portanto, se não com estatuto de verdade, mas pelo menos, com o reconhecimento de sua existência na coletividade e percebido como um habitante da cidade em sua individualidade. A identidade do popular, na visão do articulista era exposta publicamente, através de matérias como esta: “É Débil mental, José Gomes, vulgo Caninãna, foi posto em liberdade. Ficou apurado ser ele débil mental, que tem a mania de ser criminoso. O mesmo embarcou no trem, com destino a outro município, dizendo que ia procurar que o quisesse prender.”² Em outras matérias, encontramos expressões que afirmam categoricamente que determinado popular era “ladrão”. Os motivos que levavam as pessoas a cometerem delitos só encontravam resposta na falta de civilidade e de equilíbrio emocional, como as que falam de motivos torpes, ou ainda, os que eram motivados “apenas” pelo seu estado de loucura (1955)³.

Por apelido, de acordo com o Dicionário do Aurélio (1986), entendemos como sobrenome; alcunha, ou a designação de alguém ou de alguma coisa.

² A Voz de Pesqueira, 14 agosto 1955, p. 3

³ A Voz de Pesqueira, 21 agosto 1955, p. 4

Os populares, no jornal, *A Voz de Pesqueira*, eram quase sempre nomeados com apelidos que lembravam suas características físicas ou que punham à vista seu caráter, indolente, transgressor e amoral. Perguntamos, a quem interessaria estas nomeações e com quais objetivos? Quem eram os populares que se deixavam nomear de forma tão violenta e quais eram suas formas de reação e ou negociações? Não temos a pretensão de em um simples artigo, responder a tão vastas perguntas. Mas, discuti-las e apresentar uma seleção de possibilidades. Para isso tomamos as teorias de Pierre Bourdieu no campo do Poder Simbólico das nomeações e do antropólogo Clifford Geertz sobre apelidos.

O período do pós-guerra é marcado pelo florescimento de sentimentos de euforia. Houve uma intensificação na elaboração de projetos que visavam proporcionar desenvolvimento e bem estar social às nações. Com a redemocratização do país, entramos em um período de intensos movimentos que levariam as forças econômicas a centralizar seus investimentos em áreas e setores considerados estratégicos, especialmente na região sudeste do país com o crescimento da indústria automobilística e de bens de serviço; na região central do Brasil com a construção da Capital Federal; no nordeste, com a construção da hidrelétrica de Paulo Afonso, de estradas e de açudagens; os movimentos migratórios foram desencadeados a partir da busca de melhoria de vida, motivado por este conjunto novidades do pós-guerra.

Uma vez que fora atribuído à superioridade dos vencedores da guerra, ao uso da ciência e da tecnologia “Norte-Americana”. Este é, portanto, o período de introjeção dos valores e do estilo de vida dos “Americanos” na sociedade brasileira. É muito vasta a quantidade de matérias que enaltecem a superioridade dos vencedores da guerra no semanário. São matérias que falam das descobertas da ciência; no manejo das culturas; no uso dos defensivos agrícolas e correção dos solos; nos benefícios do consumo do leite em pó para as crianças desnutridas e dos prejuízos do alcoolismo para o corpo e para a vida social.

É grande a quantidade de anúncios de remédios e de consultórios médicos. Assim como chama a atenção, os elogios e gentilezas à figura de Doutor Lídio Paraíba, considerado como um médico solícito e benevolente. São matérias que enaltecem o valor do conhecimento e dos experimentos científicos como fator de desenvolvimento e de supremacia das classes hegemônicas. Santos (2008, p. 49) em seu livro de memórias nos fala do melhoramento dos frutos de tomates realizados nos campos de experimentação que deram origem à variedade de tomate, “Beauty Peixe” apropriada

para a produção industrial e, também, do cruzamento da raça holandesa com a guzerá que gerou um plantel mais rústico e adaptado às condições climáticas regional sem perder a produtividade (2008, p. 55).

As propagadas teorias da eugenia do final do século XIX, que circulou por muito tempo nas academias de medicina da Bahia e de direito em Recife parece ter deixado seqüelas ainda nos idos de 1950. As caboclas e os negros que aparecem nos jornais são mostrados sob a ótica das histórias de degeneração, advinda da mistura das raças e do determinismo. Explicada através das teorias da irremediável deterioração das raças inferiores de Benédicte Augustin Morel.

Schwarcz (1993, p.156), fala da visão de nação dos intelectuais que atuavam na Faculdade de Direito de Recife, considerando que a nação brasileira era mestiça e que, só seria viável através de uma depuração das raças. Aliada a esta visão, vieram as idéias do determinismo racial, de Lombroso e Ferri para explicar o fenômeno da criminalidade a partir da análise do indivíduo, do seu tipo físico e da raça a que pertencia.

O jornal “A Voz de Pesqueira” era um periódico semanal com linha editorial conservadora, tendo na pessoa do seu diretor, Eugênio Maciel Chacon, candidato a deputado estadual na eleição de 1954 pelo PDC, um arauto da doutrina cristã. Tinha ainda, a colaboração de acadêmicos, advogados, padre e promotores. Seu jornal estava a serviço do bispado local, ou da elite industrial, no afã de agradar e ou de estabelecer canais de comunicação entre esses campos de poder. O jornal era, desta forma um instrumento da elite que estabelecia contato com as camadas letradas, objetivando legitimar uma dominação, como podemos inferir em Bourdieu sobre os sistemas de comunicação:

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a “domesticação dos dominados” (BOURDIEU, 1998, p. 11)

O popular, não sendo letrado e não possuindo bens, nem status que garanta figurar nas páginas dos jornais, são relegados, pela sua condição de mestiços ou em função do seu biotipo às páginas policiais, não que eles sejam necessariamente criminosos, mas sua figuração certamente funcionará como modelo daquilo que não deve ser feito, sob pena de ser exposto publicamente. A identificação daquilo que é transgressão, amoral e não civilizado, é primordial para o estabelecimento dos limites a

serem respeitados e para o reconhecimento da própria identidade. Na cidade, o morador é convidado a respeitar as regras da civilidade. Cavalcanti (2007, p.19) diz que em Pesqueira primeiro se cria um modelo de sociedade, para depois inserir nela a população, podemos, então inferir que, para pertencer a esta sociedade era preciso ter hábitos e práticas condizentes com o que se esperava dos habitantes daquele município. Está fora desses padrões era ser um estrangeiro, ou está na mendicância, na vadiagem. Era ser um andarilho. Sendo, portanto um caso de polícia ou de saúde pública.

Percebemos na diagramação do jornal, a presença constante da coluna policial, ladeada pela coluna “A Voz Social”, com as notas sociais da elite local, apresentando seus pomposos nomes e sobrenomes, bem como, das suas filiações, mostrando o contraste, entre ser da chamada “sociedade” pesqueirense e ser um forasteiro. O caso mais emblemático talvez tenha sido o nome de uma das famílias de industriais da cidade no início do século XX: o Tenente-Coronel Didier do Rego Maciel, conhecido por Déde, que segundo Maciel (1982), era descendente dos primeiros “Macieis” que teriam vindo na comitiva de Duarte Coelho. Teve três filhos: José, apelidado de Zeca de Didier; Joaquim, vulgo Quincas de Didier e Antonio, conhecido por Tonhé de Didier. Todos eles acrescentaram posteriormente o nome do pai ao deles, adotando-o como sobrenome. Maciel, fala que Tonhé de Didier, o primeiro a mudar o nome oficialmente, era um “gentleman”, de bom gosto e inteligente, tendo mandado construir um palácio ao estilo francês ao lado da sua fábrica. Notem, que todo o garbo de Tonhé está na possibilidade de ser reconhecido pela posição que ocupava e pela possível origem européia. Na divulgação dos seus produtos, não era o nome de Tonhé que vinha estampado, mas o nome da “Fábrica de Doces e Conservas - Marca Rosa de Antonio Didier”.

Assim como os Didier, os Britos das Fábricas Peixe, também tiveram seus nomes elevados à categoria da boa linhagem, descendente do Dr. Francisco Xavier Pereira de Brito, herói e mártir da Revolução Pernambucana (MACIEL, 1982). Percebemos, portanto, a grande preocupação da elite local com a história da “origem”. Com a construção de uma imagem e de uma tradição. Mas, esta imagem só é de fato aceita e vista como verdade, se for posta em confronto com uma outra e, se a mesma for reconhecida pela origem. Hall (2009, p.106) diz que “Na linguagem do senso comum, a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de

um mesmo ideal”. Temos então, que o “outro”, o “forasteiro” é tomado, para dar visibilidade a uma elite que se formava.

O forasteiro, não é somente aquele que vem de outras cidades, mas também o indivíduo que está fora do seu habitat natural: a zona rural, os bairros periféricos, a vila, o distrito. Aquele que é despossuído de fortuna, não letrado, que não descende de nenhuma família importante da cidade, e que, portanto, não está enquadrado nos padrões eleitos pela elite local. Ou seja, é aquele que se encontra em um lugar estranho ao seu lugar natural. Assim, quando estas classes populares saem dos bairros periféricos e adentram ao perímetro urbano, reconhecido como reduto da elite urbana pesqueira e lugar do civilizado, temos um encontro de culturas que provoca as mais variadas reações, desde a mais simples hostilidade até o enfretamento, onde a parte mais fraca acabava invariavelmente atrás das grades. – na casa que tem o sugestivo número 13. Neste embate a elite cidadina, reage como pode para manter a ordem desejada.

O Código de Postura do Município é um instrumento de auxílio instituído no ano de 1951, com a Lei Nº. 141 de 27 de março, com 506 artigos ditando as normas de convivência e os deveres de ordem pública do cidadão pesqueira. Percebemos, então que a sociedade estava munida de instrumentos de controle social que visava garantir uma “harmonia social” entre a elite dirigente local e os grupos populares que habitavam as áreas periféricas da cidade, através da instrumentalização da lei.

A Voz de Pesqueira⁴, publicou a movimentação de um grupo da sociedade local, liderada pelo odontólogo, Austro Maciel para a criação de uma Guarda Noturna, efetivada em 21 de abril de 1952, contando com 14 praças e um comandante, que teria a missão de fazer a vigília noturna nas ruas da cidade, cuidando para coibir o número de roubos a residências, mantida através de doações. Entretanto, o que as notas de “O Que vai pela Policia” mostra, é o uso desta instituição como auxiliar do poder público municipal e da elite local para reprimir a ação dos “chamados” criminosos e, também, no ordenamento de eventos e de combate aos lanceiros da feira livre e dos mercados públicos. A Guarda Noturna era na verdade um instrumento de auxílio à repressão da chamada marginalia. O popular usufruía alguns dos equipamentos da cidade, como ruas, praças públicas, mas era vigiado e discriminado, especialmente, porque ao popular era exigida uma postura que condissesse com as normas de civilidade urbana, como a nota da segunda feira de carnaval de 1954, na dança do Caxias Atlético o folião de nome

⁴ A Voz de Pesqueira, 26 abril 1952, p. 1

Adjar, residente em baraúnas, taxou a sociedade de Pesqueira de nome de baixo calão. Alguns foliões irritados aplicaram ao desordeiro um corretivo⁵. Ainda podemos ver em outras matérias que os “chamados” desordeiros eram monitorados.

O Desordeiro que Queria Sursis

José Bofada é o desordeiro que foi condenado a 7 meses de detenção, por haver ferido a “Cão” na cabeça. Preso obteve o sursis. Mas Bofada nunca se emendou, e já esta sendo vigiado devido as suas desordens, segunda feira passada, Bofada começou a fazer libações alcoólicas e iniciou as suas desordens. Na Baixa agrediu a uma família, e até o próprio Cocada que passava no momento e chamado para socorrer a uma senhora, temeu topar a parada com Bofada. Mas tarde na praça Dom José Lopes ainda agrediu a um casal de gente respeitosa com palavras obscenas. Neste momento passava o Guarda Noturno Pedro e deu voz de prisão ao valiente. Este se insurgiu contra o guarda e travou luta renhida, só sendo mantida a prisão em virtude da chegada de outros Guardas e da policia. Finalmente Bofada foi parar no xadrez. Agora vai cumprir na detenção os sete meses. (19-6-1955 p. 1)⁶

Estamos falando, portanto, de um conjunto de fatores que deram a perceber, a elite local o estágio de desenvolvimento econômico alcançado com a introdução de modernas técnicas de produção e, a distância que separava a massa de trabalhadores pobres que migrava, do sertão e da zona rural à procura de melhores condições de vida na cidade. Eram homens e mulheres que passavam a viver nas ruas centrais e nas periféricas da cidade, morando em condições subumanas e ou transportando para a periferia o modo de viver das antigas moradias rurais, com suas práticas e costumes. O fato de criarem animais soltos, de terem hortas caseiras e de utilizarem o espaço público com se fosse privado, como Cavalcanti (2007, p. 183) observou, causava repulsa a elite urbana pesqueiraense, sobretudo, porque a imagem que era projetada por estas pessoas era a imagem da miséria, da falta de higiene, da degenerescência, da insensatez e da promiscuidade. Assim eram constantes as batidas policiais preventivas com o objetivo de limpar a cidade.

Quadrilha de engraxates gatunos.

A policia efetuou prisão esta semana, de alguns engraxates gatunos, que operavam nesta cidade. Ditos engraxates trabalhavam na rua Duque de Caxias, postados nas calçadas de algumas casas comerciais. Vejamos as tropelias: Agamenon é conhecido como perigoso gatuno, tendo furtado o relógio de uma senhora. Acareado pela policia confessou e foi apreendido o objeto. Vavá e Antonio berruga furtaram um relógio e uma sombrinha de duas senhoritas. “apertados na casa nº 13, realizaram a confissão, declarando que haviam entregues o produto do roubo a Lica de Lira, proprietária de uma casa “suspeita”, nesta cidade. A mesma negou cooperação, mas o

⁵ A Voz de Pesqueira, 13 março 1954, p. 4

⁶ A Voz de Pesqueira, 19 junho 1955, p.1

milagre se repetiu e Lica confessou tudo, entregando os objetos. (23-05-1954. P, 1)⁷

Percebemos uma grande quantidade de notas policiais falando da existência de súcias de malandros, principalmente adolescentes, que viviam nas ruas perturbando a ordem pública, com algazarras e fanfarrices. Assim, o acúmulo de pessoas ocupando o espaço público, em trajas simplórios, era visto como de vadios e mal intencionados, ou seja, era uma ameaça constante a segurança pública, como a nota que convoca a polícia a agir com relação à vadiagem. Diz a nota que a súa de meninos malandros é grande na cidade. “Basta observar-se o ajuntamento de tais meninos em frente às sorveterias, na pérgula do jardim da praça dom José Lopes e de frente do cinema no decorrer do dia e nas primeiras horas da noite, [...]”⁸. Os comentários da coluna, “O Que Vai Pela Policia”, informar através de uma narrativa fluida, mas eivada de comentários tendenciosos, com discursos distintos, para as diferentes classes sociais, entremeada de tons de indignações para os delitos cometidos contra determinado grupo social e, apoio irrestrito às punições dos transgressores da ordem pública. Seus comentários são jocosos e com apelo a ridicularização das manifestações populares, com sua linguagem matuta e cheia de vícios regionais, considerando-as como produto de classes inferiores.

São João e São Pedro

O são João aconteceu em perfeita ordem, a não ser Zacarias Bolachão, que em uma dança de coco, se exibiu de mais, e ao dar uma embingada com más intenções em uma senhora, foi repellido pelo marido, que na calçada deu um safanão em Bolachão. Este que estava bem “grog”caiu e feriu-se na cabeça. Quanto ao São Pedro, foi mais animado, muitos alcoolizados inconveniente e desordeiros. Desta vez quem pagou o pato foi o conhecido craque do União, Olidio Romão, que também “chupado” de cana recebeu uma pedrada de Chico da Fateira, que lhe feriu a cabeça. Ao amanhecer do dia, em comemoração ao santo chaveiro do céu, no xelindró, estavam trancados pelas chaves do carcereiro, cerca de dez foras da lei. (3-7-1955 p, 1)⁹

Neste, sentido o uso dos apelidos marca a presença dos populares nas páginas policiais de forma simbólica, mostrando a diferença de um cidadão da sociedade local e o resto da população que vive alojada nas zonas periféricas da cidade, principalmente pela superexposição das características físicas e de caráter. Assim, são editadas matérias como esta: “Foi preso, quarta feira passada, o indivíduo Antonio Barbosa, vulgo negrão, indigitado autor da morte de Isaias Pereira de Freitas, fato ocorrido no Prado nesta

⁷ A Voz de Pesqueira, 23 maio 1954, p. 1

⁸ A Voz de Pesqueira, 17 janeiro 1954, p. 3

⁹ A Voz de Pesqueira, 03 julho 1954, p. 1

cidade”. [...] ¹⁰. Negrão, é talvez a expressão mais utilizada no estabelecimento dos limites de transgressão das classes, marcada pela estereotipia, uma vez que não é comum se chamar a um delinquente branco de “Branção”. Silva (2009, p.95) diz que quando se utiliza a expressão “negrão” para se referir a um homem negro, não se está simplesmente manifestando uma opinião que tem origem plena e exclusiva em intenção na consciência ou na mente. Ela não é a simples expressão singular e única da soberana e livre opinião. Na verdade ela está repleta de sentido negativo. “É essa ‘citação’ que coloca em ação o enunciado performativo que reforça o aspecto negativo atribuído à identidade negra do nosso exemplo” (2009 p.95).

O articulista da coluna policial, ainda faz uso de metáforas para designar, pessoas, fatos ou situações como a que chama Manoel Crispim de “farinha de Araripina” da pior espécie ¹¹, para dizer que o mesmo era uma pessoa de má qualidade. Em outras notas, o autor deixa escapar seu desprezo pelos nomes dos populares.

Antonio Ventura Cardeal (**nome até de gente**), mas que atende pelo nome de guerra de **Antonio Cacada**, é um elemento de baixo calão e desordeiro. Todos na baixa do açude temem enfrentar Cocada. Dito indivíduo já foi ferido duas vezes a bala, mas para ele foi uma ‘cocada’ sempre vez por outra, no xelindró. Esta semana cocada bancou o valente para um cidadão de fora, e o cabo Quêta mandou trancafiá-lo no taboleiro. Cocada dentro da cadeia se insurgiu, chegando a se agarrar com um policia, e daí surgiu a grosseria, a qual cocada não esperava e se misturou com o produto dos seringais do amazonas. Passadas as horas legais, o mesmo teve liberdade, dizendo consigo: réu, réu...não vou mais festa no céu...da cadeia. (03-04-1955 p, 2 grifo nosso) ¹²

Na maioria dos casos, percebemos que o autor narra o cotidiano do popular na visão das classes hegemônicas, ora simplesmente transcrevendo os textos policiais, ora construindo um enredo recheado de maledicências e interpretações torpes.

“Negro Badida” quebrou o sursis

José Felix vulgo Badida, que sempre vez por outra ocupa esta secção, se achava em gozo de sursis, domingo passado, no bairro de São Sebastião deu uma alteração muito forte, alcoolizado, armado de um trinchete. Quebrou mesas e cadeiras, etc e ainda disse que “dois soldados” eram poucos para o levarem, mas, com tudo isso, foi sempre subjugado e vai tirar a sua sentença que é de 4 meses. O pensamento desse cronista era que não se deve dar sursis a cabra ruim, porque termina sempre quebrando, como ultimamente se tem dado nesta cidade. o negocio é tirar a sentença no duro. (31-7-1955 p, 4) ¹³

¹⁰ A Voz de Pesqueira, 28 novembro 1954, p. 4

¹¹ A Voz de Pesqueira, 06 junho 1954, p. 1

¹² A Voz de Pesqueira, 03 abril 1955, p. 2

¹³ A Voz de Pesqueira, 31 julho 1955, p. 4

Ao anunciar a morte de Catrevage o autor narrou uma história cheia de detalhes, para na edição posterior divulgar esta nota:

Catrevage Ressuscitou

Há dias publicamos uma notícia da morte do popular João Catrevage, fato ocorrido em Garanhuns. O ajudante de caminhão José Leite informou que havia visto e reconhecido o cadáver de João na delegacia de Garanhuns pela manhã da terça de carnaval. Por isso levamos ao conhecimento do publico. Agora, tivemos informação da própria genitora de João, de que o mesmo está vivo, gozando de boa saúde e boa reputação em Garanhuns. No dia prefalado, João nem se quer teve uma dor de dentes. Seu Zé Leite, deixe de ser mentiroso e levantador de falso. (03-04-1955 p 2)¹⁴

A astúcia do autor em admitir que escreveu inverdades, deveu-se, provavelmente, a grande popularidade que João Catrevage detinha na cidade e da repercussão da nota do seu falecimento. Quantas outras histórias não teriam sido inventadas, com o mesmo requinte de detalhes, sem que tenham sido descobertas. Temos, portanto uma linha ligando as notas desta coluna às ações que suscitam uma intenção do autor na forma da seleção e na apresentação das notícias.

Assim, entendemos que os apelidos dos populares que aparecem nas páginas dos jornais A Voz de Pesqueira era de forma intencional, para representar simbolicamente o lugar de cada um na sociedade, uma vez que o colunista expressou em diversos artigos, seu pensamento sobre classes e determinismo social. Considerando determinados indivíduos das classes populares como delinquentes incorrigíveis. Vimos também, que alguns eram vistos como alcoólatras inveterados ou débeis mentais que tinham o hábito de roubar. Ou seja, havia certa valorização dos valores burgueses e desprezo para com os vadios e mendigos.

¹⁴ A Voz de Pesqueira, 03 abril 1955, p. 2

BIBLIOGRAFIAS

I. FONTES

1. Arquivo Público de Pernambuco Jordão Hemerenciano

Jornais A Voz de Pesqueira de 1952 a 1954.

2. Legislação

Código de Postura do Município de Pesqueira PE, Lei 141 de 27 de março de 1951.

3. Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998;

CAVALCANTI, Bartolomeu. No tacho o ponto desandou: a história de Pesqueira de 1930n1n1950. Recife: Baraúnas, 2007;

FERREIRA, Aurélio Buarque de H. Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986;

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989;

MACIEL, Frederico Bezerra. Ubassagas: sagas sócio-tradicionais da cidade pernambucana de Pesqueira. Recife: Editora Universitária UFPE, 1982;

SANTOS, Minervino Osório dos. Eu, A Fabrica Peixe e Pesqueira. Caruaru: Gráfica Estudantil, 2008;

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil. 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993;

SILVA, Tadeu Tomas da (org), Stuar Hall, Kanthry Woodward. Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.